

# Buarque defende acompanhamento

O que começou prometendo ser uma sessão nostálgica de despedidas após um ano de trabalho conjunto, terminou por se encerrar com uma demonstração clara de que divergências estruturais são insuperáveis: a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo professor Afonso Arinos de Mello Franco, mostrou isso em sua última reunião plenária realizada ontem na reitoria da Universidade de Brasília, quando o empresário Sérgio Quintella expôs com franqueza sua contrariedade com o capítulo do anteprojeto de Constituição que trata da ordem econômica, que "privilegia o social em detrimento do capital".

"Não aceito a tese presente em quase todo o articulado da presença concorrencial do Estado e gostaria de um texto constitucional que não abrisse mais espaço à burocracia, ao impedimento da liberdade de inovar e empreender e a restrições ao direito de propriedade", frisou o empresário ao analisar as questões referentes à ordem econômica e social. Quintella acrescentou que diante de sua posição, passará, a partir de agora, a fazer parte do grupo que critica-

rá o anteprojeto da comissão que integrou.

A contestação ao posicionamento de Quintella partiu do sociólogo Hélio Jaguaribe, que observou que o anteprojeto de Constituição caracteriza-se pela preservação da economia de mercado e da livre empresa, reconhecendo na livre empresa o instrumento mais ágil e eficiente para a produção de riqueza e promoção do desenvolvimento econômico e social. "Esta forma moderna e eficiente de ordem econômica coincide inclusive, com modelos verificados nos países europeus mais avançados", frisou Jaguaribe.

## DOIS BLOCOS

Se, de um lado, o empresário Sérgio Quintella pretende puxar o bloco dos dissidentes, de outro, o reitor da UnB, professor Cristóvam Buarque, fez um apelo no sentido de que a comissão não esgote a sua missão no ato de entrega do documento ao presidente José Sarney, que será feito hoje à tarde. Propondo um acompanhamento contínuo dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, e mesmo da Constituição, por mais um ou dos anos, Buarque frisou que a

comissão "terminou o que foi pedido pelo presidente Sarney, mas ainda não terminou o que nos pede o País".

A expectativa, nos meios políticos, quanto ao envio, pelo presidente Sarney do anteprojeto ao Congresso Constituinte, parece não estar afetando a chamada "comissão dos notáveis". O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, por exemplo, observou que o fundamental não é que o anteprojeto seja uma proposta do governo, mas que seja "uma sementeira de discussões com um mínimo de objetividade".

Essa posição é compartilhada pela maioria dos participantes da reunião de ontem que se mostram muito mais interessados em divulgar as propostas contidas no documento, de modo a promover um amplo debate na sociedade, do que em vê-las aprovadas pelo Congresso, por mera validade. Ademais, um dos membros da comissão enfatizou que a especulação em torno do envio ou não da proposta ao Congresso é irrelevante, uma vez que o presidente Sarney não desmereceria um projeto elaborado por uma comissão indicada por ele.